

Senado Mais um "trem da alegria"

Primero foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, em sessão a portas fechadas, decidiu que o dispositivo da Lei Eleitoral que veda a concessão de reajustes salariais aos servidores públicos nos seis meses que antecedem a eleição não se aplica a reajustes específicos, concedidos por meio de projetos de lei de reestruturação de carreiras. Depois foi a Câmara dos Deputados, que concedeu um aumento salarial médio de 20% a seus 4 mil funcionários, aumento esse que, em alguns casos, pode retroagir a 1998. Duas semanas depois foi a vez do Senado aprovar, em regime de urgência, aumento de 60% para os 3,7 mil servidores de carreira da Casa, a ser liberado nos próximos três anos, sendo de 17,5% o reajuste imediato. Finalmente, os servidores federais lançarão, no dia 16, uma campanha unificada do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público para pleitear reposição de perdas salariais de 82%. Hoje, os funcionários dos tribunais superiores e do Ministério Público em Brasília farão uma greve de advertência, que se repetirá nos dias 23 e 24, desta vez com a partici-

pação dos servidores da Justiça Federal. Se não obtiverem o que reivindicam, pretendem entrar em greve por tempo indeterminado, a partir do dia 6 de maio.

Trata-se de uma ofensiva salarial articulada para pressionar o governo e os partidos que o apóiam, mal iniciada a campanha eleitoral. Segundo o coordenador da Federação dos Servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, os funcionários do Tribunal Superior Eleitoral poderão até boicotar as eleições, se até lá suas reivindicações não forem atendidas.

O mais grave é que atitudes irresponsáveis, como essa, não são privilégio de algumas lideranças do funcionalismo. Os senadores deram um péssimo exemplo ao aprovar o "trem da alegria" dos funcionários da Casa. Quando se completar o reajuste escalonado, o menor salário inicial de um servidor do Senado será de R\$ 4,5 mil, podendo o teto ultrapassar os R\$ 12 mil. O projeto tramitou às pressas, em regime de urgência, em primeiro lugar, para evitar o crivo da Comissão de Constituição e Justiça e para que fosse dispensada a "avalia-

ção técnica e avaliação do impacto financeiro" que têm de sofrer todas as propostas que significam aumento de despesa, conforme estatui a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, em segundo lugar, para que fosse aprovado e publicado antes do dia 9, data-limite fixada pela Lei Eleitoral para a concessão de aumentos ao funcionalismo.

Segundo o senador Roberto Requião, um dos dez a votar contra o projeto imoral, a remuneração de um servidor de nível médio do Senado

foi equiparada à de um juiz federal no início de carreira, além de ser muito maior do que a dos servidores de nível superior do Executivo e de oficiais-superiores das Forças Armadas. "As aberrações do projeto" – afirmou Requião – "não são identificáveis a olho nu, em razão das diversas remissões a normas internas da Casa."

E, com isso, o Senado atropelou a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovando um aumento de despesas sem que ha-

ja cobertura orçamentária. O Ministério do Planejamento já comunicou que não liberará verbas suplementares para a Câmara e o Senado cobrirem o inchaço de suas folhas salariais. Em outras ocasiões em que isso aconteceu, o Ministério do Planejamento teve de ceder a decisões da Justiça ou de liberar verbas para não criar atritos com o Congresso.

O fato é que, se, além dos "trens da alegria" da Câmara e do Senado, forem aprovados outros cinco projetos que aumentam salários

do funcionalismo, o Orçamento federal terá um rombo de R\$ 3,508 bilhões. Na improvável hipótese de o governo ter de conceder o reajuste linear de 82% para todo o funcionalismo, a título de reposição salarial, esse rombo mais do que dobrará. Com a generosidade da Câmara e do Senado a conta já ficou alta para o contribuinte. Afinal, o dinheiro que irá para o bolso dos privilegiados servidores do Legislativo sairá do bolso de cada brasileiro, sob a forma de impostos.

No Senado e na Câmara, monta-se novo assalto ao bolso do contribuinte

ESTADO DE SÃO PAULO

10 ABR 2002